

A consequência, de acordo com o relatório, é que, para executar 44,3% dos serviços previstos no projeto básico em obras civis, foram gastos recursos equivalentes a 160,97% do valor financeiro previsto. A obra, prossegue o relatório, deverá consumir 363,36% do valor previsto inicialmente, ou seja, R\$ 594 milhões.

A avaliação dos auditores sobre o projeto é expressa no seguinte comentário: “Mantemos a irregularidade, uma vez ser pouco razoável que o projeto básico, que detalhou o início da licitação, tenha sido elaborado de forma tão imprecisa a ponto de necessitar das significativas alterações apontadas”.

No documento, o ministro relator do TCU, **Guilherme Palmeira**, alega que embora as irregularidades sejam tão graves a ponto do TCU determinar a paralisação das obras do Metrofor isso não será feito ainda por causa dos “transtornos desnecessários a sua execução e ao seu fluxo orçamentário, já extremamente prejudicados”.

O processo de investigação dos indícios de irregularidade encontram-se na fase de análise técnica. As empresas citadas no relatório estão sendo requisitadas a dar mais esclarecimentos sobre as possíveis irregularidades. A Secex/CE aguarda, neste momento, o pronunciamento da construtora Queiroz Galvão, a líder do consórcio responsável pelas obras do metrô de Fortaleza.

O secretário titular da Secex/CE, o engenheiro Roberto José Ferreira de Castro, disse que, a partir das informações obtidas, um novo relatório será feito e encaminhado ao ministro relator do processo, **Guilherme Palmeira**. De posse do material, o ministro poderá pedir novas diligências, arquivar o processo ou proferir seu voto sobre a questão no Plenário do TCU, onde os casos são julgados. Se condenadas, entre outras punições, as empresas gestoras poderão ser multadas e obrigadas a compensar os valores gastos a mais.

(O Povo - CE - 20/01)

Prefeitos paraibanos desviaram R\$ 24 milhões em três anos

Números são do Tribunal de Contas da União, com base em levantamento feito em 2004, 2005 e 2006

Adelson Barbosa dos Santos

Prefeitos paraibanos desviaram cerca de R\$ 24 milhões, em três anos, de recursos federais destinados à saúde, educação, meioambiente, combate à fome e turismo. A informação é do secretário do Tribunal de Contas da União (TCU) na Paraíba, Rainério Rodrigues, com base em levantamento feito pelo órgão entre 2004 e 2006.

O dinheiro desviado daria para construir cerca de 5 mil casas populares nos moldes das que estão sendo construídas por algumas prefeituras, ao preço unitário de R\$ 6 mil.

Do total de débito imputado a prefeitos e ex-prefeitos, cerca de R\$ 10 milhões são de 2004. Outros R\$ 8 milhões são de 2005 e R\$ 6 milhões são do ano passado. Segundo o TCU, 131 acórdãos foram encaminhados à AGU (Advocacia Geral da União) para cobrança judicial dos recursos desviados. Em três anos, segundo Rainério Rodrigues, o TCU recebeu representações e denúncias contra dezenas de prefeitos.





As representações ocorrem quando órgãos públicos enviam informações ao TCU, a exemplo do Tribunal de Contas do estado, quando encontra, nas suas auditorias, irregularidades praticadas com dinheiro público federal. As denúncias são aquelas formuladas pelos cidadãos.

Com base nas representações e denúncias, o TCU, segundo Rainério, fez 260 autuações (abriu processos) contra prefeitos que praticaram malversação e desvio de dinheiro público liberado pelo Governo Federal. Entre 2004 e 2006, houve um aumento de 128% nas autuações. Foram 47 em 2004, 106 em 2005 e 107 em 2006. As autuações foram contra 42 prefeituras em 2004.

Em 2006, as prefeituras autuadas chegaram a 75 (79% a mais do que no ano anterior). Em 2006, foram autuadas 86 prefeituras (14% a mais do que em 2005).

MAIS DE 60% DAS DENÚNCIAS PROCEDENTES

Segundo o levantamento feito pelo TCU na Paraíba, nos últimos três anos, foram julgadas 128 representações contra prefeitos e ex-prefeitos. Foram 30 em 2004, 37 em 2005 e 61 no ano passado.

Dentre os processos julgados, 88 foram considerados procedentes, segundo o levantamento feito pelo chefe do TCU na Paraíba. Em 2004, foram 18, ou 60% dos processos julgados. Em 2005, foram 27, o equivalente a 73% do total julgado. No ano passado, foram 43, o equivalente a 79% do total julgado.

De acordo com Rainério, o TCU fez 218 tomadas de contas especiais entre 2004 e 2006 englobando prefeituras e alguns órgãos no Estado. As tomadas de contas especiais, conforme explica ele, ocorre a partir da comprovação dos desvios, pelos auditores.

“Quando se apura tudo e se constata que houve, realmente o desvio, são feitas as tomadas de contas especiais para obrigar a devolução dos recursos”, disse Rainério, frisando que as tomadas de contas são feitas pelos próprios ministérios que liberaram as verbas para as prefeituras.

PREFEITURAS SÃO AUTUADAS

As 218 tomadas de contas estão assim distribuídas; 48 (2004), 101 (2005) e 69 (2006). Das 101 de 2005, 72 foram instauradas por falta de apresentação das contas dos recursos federais recebidos. Nos três anos do levantamento, as autuações referentes às prefeituras, no tocante às tomadas de contas, chegaram a 196 das 218.

Foram 47 prefeituras autuadas em 2004. Em 2005, foram 91 autuações. Destas, 71 foram autuadas por falta de apresentação de contas dos recursos recebidos. Pelo menos 60 autuações envolvem recursos liberados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). No ano passado, as autuações para tomadas de contas especiais atingiram 57 prefeituras, das quais 20 não apresentaram contas dos recursos recebidos.

De acordo com o TCU, os desvios foram mais evidentes nas áreas de educação e saúde. Em relação à origem dos recursos, o TCU constatou que 20 prefeituras desviaram do FNDE. Outras oito desviaram do Ministério da Integração Nacional. Pelo menos seis prefeituras desviaram da Fundação Nacional de Saúde e outras seis, do Fundo Nacional de Saúde.

O Ministério de Desenvolvimento Social e do Combate à Fome foi lesado por duas prefeituras. Outras duas desviaram do Ministério do Meio Ambiente. E mais duas, do Ministério do Turismo. Pelo menos mais 11 prefeituras desviaram recursos de órgãos repassadores já extintos.

(Correio da Paraíba - PB - 28/01)